

## **O ESPAÇO RURAL, RECURSO OU PROBLEMA? O CASO DAS ÁREAS RURAIS GALEGAS**

Maria do Mar Pérez Fra\*

---

\*Universidade de Santiago de Compostela - Departamento de Economía Aplicada  
Escola Politécnica Superior - Campus Universitario S/N  
27002-Lugo. [mariadomar.perez@usc.es](mailto:mariadomar.perez@usc.es)

## RESUMO

Neste trabalho analisa-se o caso da Comunidade Autónoma da Galiza, trata-se de um espaço situado no Noroeste do Estado Espanhol e cujas áreas rurais têm importantes problemas demográficos, econômicos e sociais.

É óbvio que não há um elemento explicativo único para esta situação que, aliás, é comum a uma percentagem significativa do território rural europeu. Mas, em minha opinião, o intenso e abrupto processo desagrariação experimentado tem muito a ver com a deterioração das zonas rurais da Galiza. A inadequada (ou inexistente) política de melhoramento das estruturas agrícolas é diretamente responsável pelas dificuldades que tiveram as explorações para tirar proveito do esforço de investimento realizado ao mudar a tecnologia de produção. Isso combinado com a incapacidade dos setores secundário e terciário para fornecer uma fonte alternativa de emprego, explica o abandono que sofrem hoje muitas destas áreas rurais.

## ABSTRACT

This article analyses the case of the Galician Autonomous Community, a territory situated in the northwest of the Spanish State, and where their rural areas show important demographic, economic and social challenges. There is not a unique element which explains this situation; on the other hand, a relevant percentage of the European rural territory has to face the same type of challenges. The intense and late deagrarianisation process experimented by this territory plays a key role with deterioration of the Galician rural areas, in the opinion of the author of the present article. The inadequate (or absent) policy of agrarian structures is directly responsible for the difficulties which have been facing the farms to take advantage of the investor effort in order to improve the productive technology. This fact, together with the incapacity of the secondary and tertiary sectors to create alternative employment, explains the situation of abandonment which nowadays suffers an important part of these rural spaces.

## 1. O ESPAÇO RURAL NA UNIÃO EUROPEIA

De acordo com a Comissão Europeia (2012) as áreas rurais ocupam na UE (União Europeia) 52,0% do território, e nelas residem 22,6% da população. Mas a relevância outorgada a estes espaços em termos sociais e políticos<sup>1</sup> não é atribuída unicamente pela sua extensão territorial. Vale lembrar que na Europa, ao contrário do que acontece noutros territórios, as enormes extensões de áreas desabitadas não são algo habitual. A importância econômica, social e cultural outorgada às áreas rurais europeias recebe influências, sem dúvida, do fato de que o rural não é, nem nunca foi, um espaço vazio de atividade humana.

Outro elemento a destacar na descrição do rural europeu é que se trata de um extenso espaço conformado por realidades complexas e heterogêneas. A vitalidade demográfica, o uso do solo, a orientação produtiva da atividade agrária, o tamanho das explorações, o grau de diversificação econômica ou o nível de renda variam de modo importante de umas áreas a outras.

Antes da ampliação UE-28<sup>2</sup>, Jouen (2000) já apontava a existência de dois grandes grupos de países em função da situação das suas áreas rurais:

– Um primeiro integrado por aqueles espaços nos quais o processo de modernização agrária é mais antigo, ao redor dos anos 50 do século XX, e onde situação econômica e demográfica é mais estável ou

inclusive tem melhorado.

– Um segundo conformado por aqueles em que o processo de transformação da agricultura foi mais tardio e nos que o declínio econômico e demográfico se tem acentuado. Neste grupo estão boa parte das áreas rurais do sul da Europa.

Isto ocorre apesar de levarmos décadas de políticas de desenvolvimento rural cujo objetivo declarado é a equiparação nos níveis de desenvolvimento. É obvio que ainda hoje em dia este objetivo está muito longe de ser alcançado. Não é a minha intenção oferecer aqui uma explicação a este fenômeno, mas considero importante apontar que o esforço financeiro realizado não esteve, nem está, à altura do objetivo declarado.

Feita esta primeira referência à grande diversidade de situações que existem na UE, apontarei três elementos mais nos que me apoiarei para completar a imagem que quero apresentar do rural europeu:

– No que se refere à atividade agrária apontar que, pelo menos no espaço conhecido como UE-15, trata-se majoritariamente de uma agricultura modernizada, especializada e orientada ao mercado. Mas que ao mesmo tempo 97% das explorações são catalogadas como familiares, abrangendo estas 69% do solo agrário. E são os seus proprietários, junto com suas famílias, os que assumem a maior parte do trabalho (European Network for Rural Development, 2013).

– A renda média empresarial na agricultura por UTA<sup>3</sup> continua sendo inferior ao salário médio do conjunto da

economia. A elevação desta renda era um dos objetivos iniciais da Política Agrária Comum (PAC), objetivo que continua a não ser alcançado<sup>4</sup>.

– E por último, o meio rural europeu já não é maioritariamente um espaço agrário. Mesmo numa área com um nível de ocupação no setor primário que está acima da média europeia como é a Galiza, a agricultura está muito longe de ser o principal aporte de emprego e renda, fornecendo aproximadamente 15% das ocupações nas áreas classificadas como de baixa densidade de população (IGE, 2014).

## 2. DEFININDO O ESPAÇO RURAL

O presente artigo possui uma abordagem anterior apontava-se que ao caracterizar as áreas rurais na UE podiam ser estabelecidos dois grandes grupos de países. Este trabalho centra-se na análise do segundo tipo; aqueles espaços que iniciaram mais tardiamente com o processo de modernização agrícola. O meu objetivo não é descrever um fenómeno já bem conhecido como é o do ajuste agrário, senão interpretar as mudanças que o mesmo tem provocado e que levaram a uma parte significativa destes espaços a uma situação de abandono, tanto desde o ponto de vista demográfico como produtivo. Para isso elegeu-se como âmbito territorial de estudo a Comunidade Autónoma Galega, região situada no nordeste da península Ibérica que resulta representativa desta realidade mais ampla que se quer estudar.

Antes de iniciar com a análise

propriamente dita quero pôr em relevo que embora possa parecer que quando usamos o termo rural estamos-nos referindo a uma realidade específica e bem definida, na verdade, não há consenso quanto às características que determinam estes espaços. Hoggart e Paniagua (2002) assinalam que a definição de rural é uma pergunta que muitas vezes aparece na literatura geográfica e sociológica ao longo do século XX mas que hoje não está completamente superada.

Não entanto, não é meu objetivo discutir aqui as diferentes abordagens que desde a literatura científica se desenvolveram para esta questão, senão fornecer algumas reflexões que ajudem a animar o debate sobre o presente e, especialmente, sobre o futuro das áreas rurais. Por isso, e sendo consciente de que é inútil procurar definições de escopo universal, escolhi para este trabalho a classificação feita para o caso galego pelo IGE em 2011. Agrupação realizada com base em uma norma europeia que classifica os municípios dependendo do seu grau de urbanização tomando como base o tamanho da população municipal, a densidade e a continuidade das zonas locais (IGE, 2014).

Por último, gostaria de salientar que o foco deste trabalho reflete a mudança que desde os anos 80 tem-se dado na maneira como as zonas rurais são percebidas. O mundo rural não deve ser mais concebido como um resultado residual da urbanização e/ou uma consequência da organização social e espacial da produção agrícola. De acordo com esta nova perspectiva o desenvolvimento destas áreas torna-se

favoráveis que têm e que permitem a permanência e reprodução a nível local das populações, melhorando as suas condições de vida e sua recomposição social (Arnalte et al., 1998).

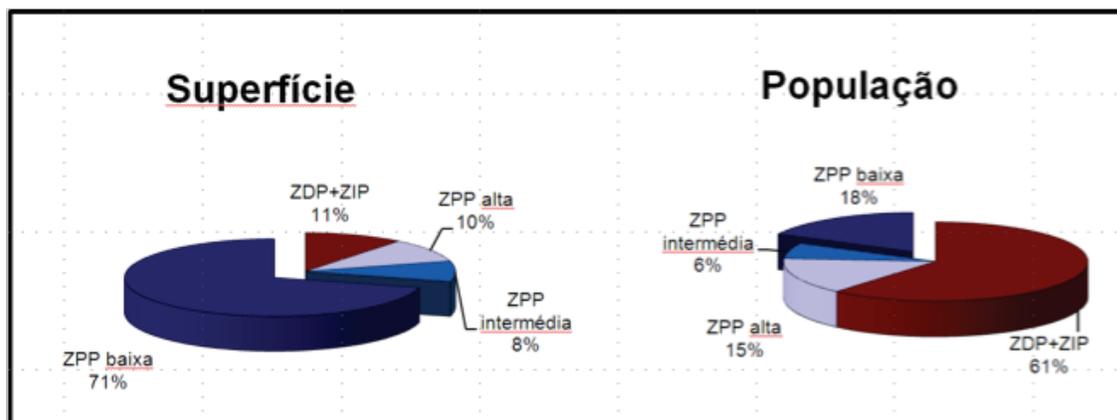
Infelizmente esta é ainda uma perspectiva fundamentalmente académica. A sociedade no seu conjunto deve reformular a sua visão das zonas rurais, precisamos romper com a imagem do mundo rural como uma área atrasada e/ou exclusivamente agrária. Neste sentido, considero de interesse recuperar a definição do espaço rural desenvolvida por Ceña (1993), quem no início dos anos 90 definiu as zonas rurais como “o conjunto de regiões ou zonas com diferentes atividades (agricultura, pequenas e médias

indústrias, comércio, serviços) e nas que se assentam aldeias, vilas, pequenas cidades e centros regionais, espaços naturais e cultivados”.

### 3. O RURAL COMO PROBLEMA

O rural é muitas vezes visto como um problema: um espaço com graves dificuldades demográficas e económicas. E também, porque não reconhecer, como um território à margem dos processos de modernização económica e social. A questão é que, se esse cenário for verdadeiro, estamos ante um problema de enorme magnitude. A Figura 1 mostra como no caso da Galiza as áreas de densidade mais baixa (ZPP baixa) representam 71% do território, um espaço no qual reside apenas 18% da população.

Figura 1: Superfície e população galega 2014 em relação ao grau de urbanização\*



\*As áreas urbanas e periurbanas correspondem-se aos acrónimos ZDP e ZIP (zonas densamente povoadas e zonas intermédias respectivamente). As áreas qualificadas como ZPP alta (zonas pouco povoadas de densidade alta) são aquelas que dentro das zonas ZPP apresentam uma densidade >80 hab/Km<sup>2</sup> e que formam um conjunto contíguo com uma população total para o conjunto de 10.000 ou mais habitantes. Para as ZPP intermédias o conjunto está entre 5.000 y 10.000 habitantes

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados oficiais de população, Janeiro 2014. IGE

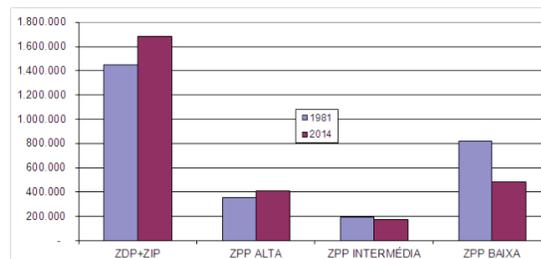
Um dos elementos que sustentam esta imagem negativa do mundo rural é a demografia. E certamente, os dados devem preocupar. No caso da Espanha o fim da autarquia econômica<sup>5</sup> significou a recuperação da perda de população das zonas rurais. Estes espaços não só perdem população, mas além disso, esta é uma perda seletiva que desequilibra a população aumentando os níveis de envelhecimento e diminuindo a capacidade reprodutiva geracional (Camarero, 1991). A situação demográfica que vivem boa parte das áreas rurais espanholas atualmente vem derivada desses processos.

O caso galego não é exceção a esta regra geral, as áreas rurais deixaram de ser atraentes para a população faz décadas. De fato, se tomarmos como referência o que aconteceu a partir dos anos 80 até os dias atuais podemos olhar a magnitude desta perda. Na Figura 2 pode-se comprovar como as zonas rurais continuam imersas numa intensa perda de efetivos. Especialmente digno de salientar é que as áreas com menor densidade perderam neste lapso de tempo 41% da sua população.

Além disso, embora estas cifras sirvam para trazer ao leitor para a magnitude do problema demográfico, é também importante adicionar que este não está limitado à questão do número absoluto de efetivos: Ao pequeno número de residentes devem ser adicionados outros problemas, tais como o intenso envelhecimento ou a masculinização da população.

Mas as dificuldades em áreas

Figura 2: Evolução da população galega



Fonte: Elaboração própria a partir de dados oficiais de população (Janeiro de 2014) e o Censo de 1981.

rurais não são apenas demográficas, uma vez que as diferenças rural-urbano são facilmente observáveis também usando indicadores econômicos. Sirva para ilustrar esta afirmação o diferencial existente no rendimento disponível bruto, que em 2009 foi 20,4% menor nas ZPP de densidade intermediária e baixa (IGE, 2009).

Até agora, apenas se descreveu uma situação bem conhecida: as áreas rurais estão imersas num declínio demográfico que parece difícil de reverter dado que, ademais, carecem do dinamismo econômico que caracteriza as áreas mais densamente povoadas. Fatos que são agravados e alimentados pela persistência de um déficit nas infraestruturas (Souza Cruz et al, 2009).

Mas o que motiva esses maus resultados? Quais são as causas que explicam que uma parte significativa do nosso território esteja nessa situação? É óbvio que este é um problema complexo que não tem uma causa explicativa única, mas, assumindo o risco de

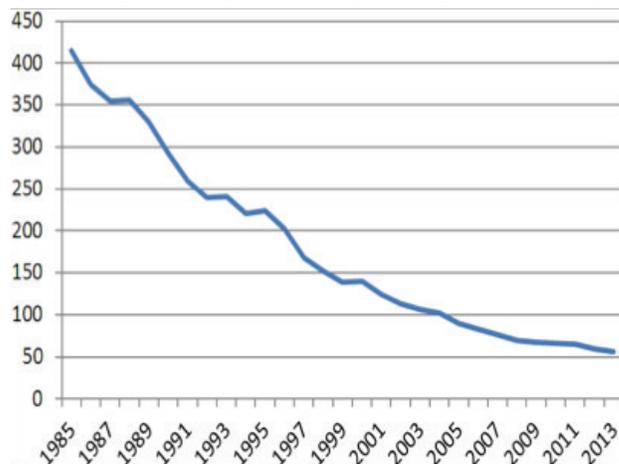
cair na simplificação resultante da necessidade de síntese, vou tentar trazer algumas explicações para o problema.

O processo de deterioração sofrida por áreas rurais está intimamente relacionado com o fenômeno da desagrarização. Um conceito que se refere à redução do volume absoluto e relativo do emprego agrícola e que no longo prazo é uma consequência inevitável do processo de desenvolvimento econômico. A baixa elasticidade renda dos alimentos ligada à crescente integração agroindustrial provoca um declínio relativo no

setor agrícola. Obviamente, eu estou-me referindo a um fato que ocorreu não só na Galiza, senão em todo o entorno econômico em que estamos insertos.

Embora que isto seja verdade, também o é que o processo de desagrarização teve no caso galego algumas singularidades: Uma delas é que se manifestou de forma tardia e abrupta (ver figura 3) (López Iglesias et al, 2004). Foi essa intensa perda de empregos no sector agrário acontecida nos últimos 40-30 anos, o que provocou a desertificação populacional de uma parte muito importante da Galiza.

Figura 3: Evolução da população galega ocupada na agricultura (milhares)



Fonte: EPA

A Figura 3 mostra que ao longo deste período tem havido uma queda significativa no número de postos de trabalho no setor. Mas isso não implicaria necessariamente uma perda de atividade econômica e, portanto, de população, de caso se observasse duas condições básicas:

-A primeira: que o processo de ajuste tivesse conduzido à

consolidação de um número importante de explorações competitivas no contexto europeu.

- A segunda: que o desaparecimento de empregos na agricultura fosse acompanhado pela criação de empregos em quantidade suficiente nos outros setores da economia. Fenômeno conhecido como diversificação econômica.

Consideremos, pois, o que

aconteceu a respeito de ambas as questões no caso galego.

#### 4. O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA

Se algo demonstraram os agricultores e agricultoras ao longo das últimas décadas do século XX é que foram extremamente sensíveis aos estímulos da modernização. Num período relativamente curto de tempo conseguiram a plena integração mercantil e a especialização pecuária (bovina, e mais concretamente no bovino de leite), e tudo isso com uma mudança radical na tecnologia de produção usada (Vazquez, 2012). Portanto, parece que essa ideia, instalada numa parte da sociedade, de que o campo é um espaço atrasado e em certa medida refratário à mudança é, no mínimo, discutível à luz destes dados.

A queda intensa e contínua no trabalho agrícola foi acompanhada pela introdução nas explorações de um volume crescente de insumos e bens de capital de origem industrial. Ou seja, houve um importante esforço de investimentos por parte dos produtores que permanecem no setor, um esforço que tem permitido uma significativa expansão do stock de capital.

É indubitável, portanto, que uma parte do modelo produtivo experimenta mudanças profundas. O problema é que, ao mesmo tempo, há uma parte da função de produção que não muda com a intensidade requerida para fazer frente com segurança, ao novo contexto

econômico. Estamos a referir-nos ao problema bem conhecido dos déficits persistentes na base territorial das explorações: tamanho pequeno e grande fragmentação (López Iglesias 2003, Sineiro de 2006, Corbelle, 2009).

No caso da Galiza o desaparecimento de explorações não foi acompanhado por um processo de transferência das terras das fazendas que cessam a atividade para as que permanecem ativas. Uma parte muito importante da área agrícola “libertada” não foi transformada em terra disponível para os agricultores que foram capazes de aumentar a sua dimensão produtiva. Antes bem, este processo resulta no caso galego em perda de área cultivada. Dependendo da fonte empregada para a quantificação podemos situar a perda de Superfície Agrária Utilizada (SAU) observada ao longo dos anos 80-90 entre as 75.000 e as 100.000 ha (López, 2000 e Corbelle e Crecente 2009)

É importante fazer notar que esta situação não tem contrapartida no acontecido em outras áreas da Europa com uma orientação produtiva similar. A pergunta óbvia é: quais são as razões que dificultarão o processo de transferência de terras? Porque no caso de Galiza existiu um bloqueio do mercado de terra agrária? A resposta é que este processo de transferência de terras não foi um processo espontâneo onde aconteceu. Exige ser acompanhado por uma política ativa de melhora das estruturas fundiárias. Incluindo atuações de ordenação territorial, de

proteção do solo agrário, apoio da transferência de terras entre explorações, etc. Todo um leque de medidas que não tem sido posto em marcha no caso da Galiza.

Este impasse tem um forte impacto negativo através por duas vias:

- Por um lado, tem implicações a nível setorial, uma vez que afeta ao desempenho económico das explorações. Dificulta um adequado aproveitamento da tecnologia produtiva incorporada, faz as explorações menos eficientes em termos de custos e, portanto, menos competitivas em um contexto no qual os preços deixaram de estar garantidos.

- O volume crescente de terras abandonadas ou dedicadas a usos florestais não ordenados (consequência óbvia desse bloqueio) também tem uma componente macro de implicações negativas para o conjunto da economia galega. Implicações que impactam em diversos âmbitos, entre eles:

- Começando pelo mais óbvio: A perda de SAU em favor do abandono ou de explorações florestais não ordenadas deve ser considerada como uma perda económica, uma vez que envolve o desperdício de um recurso com capacidade de geração de renda.

- Em segundo lugar, a dificuldade para aumentar a base territorial das fazendas ajudou a promover uma especialização pecuária dependente da compra de alimentos para cuja elaboração

são fundamentais as matérias-primas importadas, contribuindo assim para o aumento da dependência externa (Valdés e Perez-Fra, 2015).

- Por último, destacar os danos ambientais, que se produzem por várias vias:

- o Os derivados da mudança em direção a um modelo de produção intensivo, pouco dependente do fator terra e concentrado desde o ponto de vista territorial.

- o Os relacionados ao abandono e/ou ao manejo florestal não ordenado, ambos claramente vinculados com o fechamento da atividade agrária. Isto provoca, por um lado, a destruição de habitats valiosos ligados aos sistemas de agricultura extensiva, e, por outro, causa enormes danos resultantes de um problema sério e recorrente: os incêndios<sup>6</sup>. É obrigado apontar que os incêndios florestais têm não só impacto ambiental, senão também económico: por meio tanto das perdas diretas como pelo grande volume de fundos públicos atribuídos anualmente à prevenção e, acima de tudo, à extinção. Como exemplo para o caso galego Corbelle (2008) calculou para o ano de 2006 os custos de extinção em quase 60 milhões de euros, e no mesmo artigo se refere a diferentes avaliações que estimam o valor das perdas diretas entre

211 e 582 milhões de euros, dependendo do período de tempo para o qual foram estabelecidas.

## 5. O PROCESSO DE DIVERSIFICAÇÃO ECONÔMICA

O segundo elemento de análise tem a ver com a falta de diversificação econômica nas áreas rurais. O estudo da evolução do emprego agrário e da evolução da população mostra a existência de uma correlação entre a intensidade do ajuste agrário e o declínio populacional. Ou dito de outra forma, a regressão demográfica está claramente ligada à dinâmica do emprego: o ajuste agrário acelerado não tem sido compensado pela geração de novos postos de trabalho noutras atividades em quantidade suficiente (López e Pérez-Fra, 2004).

A fraca geração de novos empregos em outros sectores, motivada pela extrema debilidade que em muitos dos casos apresentavam os sectores secundário e terciário, não permitiu compensar a perda de empregos sofrida, o que explica em última instância a dinâmica populacional negativa.

O ocorrido com as atividades econômicas ligadas à transformação e comercialização de produtos agrícolas e pecuários merece uma análise mais aprofundada. Sem dúvida a fraqueza da indústria agroalimentar galega é um obstáculo para a criação de oportunidades laborais e de renda em áreas rurais.

Tabela 1. Valor Acrescentado Bruto e ocupados 2011

	VAB (milhões €)	Ocupados (milhares)
Agricultura, pecuária	1395,6	59,7
Indústria agroalimentar	776,0	20,6

Fonte: IGE. Contas económica. Base 2005

A Tabela 2 reflete a magnitude do problema. Ao contrário do que acontece nos países do nosso entorno o sector agrário é o ramo com mais peso no complexo agroalimentar. No caso galego, ainda que tenha ocorrido a integração agroindustrial das explorações, esta não veio acompanhada pelo desenvolvimento de uma indústria de transformação forte com capacidade para transformar e revalorizar o produzido pelo setor primário. Há de fato dois problemas fundamentais: uma parte da produção é exportada em bruto e a pouca indústria que existe está especializada em produtos de baixo valor agregado (por exemplo, leite destinado ao consumo).

## 6. CONCLUSÕES

Da análise realizada pode-se concluir que qualquer tentativa de frear o despovoamento passa por incidir na base econômica destas regiões. Por um lado, é necessário consolidar o emprego agrário ainda existente, para o que resulta imprescindível uma mudança progressiva no modelo da gestão da terra, de modo que as explorações possam melhorar a sua base territorial e ser mais eficientes

em custos. Por outro, há que fomentar a diversificação econômica destas áreas, tentando aumentar peso dos sectores secundário e terciário, especialmente no que se refere à indústria de alimentos.

Áreas rurais precisam políticas mais ambiciosas, que consolidem uma atividade agrícola já muito reduzida, procurando ao mesmo tempo criar valor a partir dos seus produtos e tentar, na medida do possível, alterar o modelo de localização de certas atividades do setor secundário e terciário.

Para finalizar, cumpre aclarar que, ainda que este trabalho esteja centrado na análise de variáveis econômicas, não é só com ações relacionadas com esta esfera que vamos resolver o problema das áreas rurais deprimidas. A criação de emprego e renda é uma condição básica, mas não suficiente. À mesma há que se acrescentar a necessidade de fornecer a estes territórios de infraestruturas e acesso aos serviços básicos para a população e as empresas. Só desta maneira poderemos torná-las em espaços atraentes para uma população rural que tem padrões de vida cada vez mais semelhantes aos das populações urbanas.

## 7. BIBLIOGRAFIA

ARNALTE ALEGRE, E., Oliveira Baptista, F., Alves de Sousa Lourenço, F., Muñoz Zamora, C. y Gomes Rodrigo, I. (1998): El desarrollo rural: políticas aplicadas situación

actual del debate y perspectivas del futuro a nivel europeo. (AGRI-106). Estrasburgo: Parlamento Europeo, Dirección General de Estudios.

CAMARERO RIOJA, L.A. (1991): Tendencias recientes y evolución de la población rural en España. *Política y Sociedad*, 8, 13-24.

CEÑA, F. (1993): El desarrollo rural en sentido amplio, en *El Desarrollo Rural Andaluz a las Puertas del siglo XXI. Congresos y Jornadas Andalucía, España N° 32*.

CORBELLE E. Y CRECENTE, R. (2009): Evolución histórica de la Superficie Agrícola Utilizada en Galicia (1962-2006). *Integración de fuentes cartográficas y Estadísticas. Economía Agraria y Recursos Naturales*, 9(2) 183-192.

CORBELLE, E. y Crecente, R. (2008): O abandono das terras: concepto teórico e consecuencias. *Revista galega de economía*. 17(2), 47-62.

CRUZ SOUZA, F., González Fernández, T, del Pino Artacho, J.A, Oliva Serrano, J., Sampedro Gallego, R.; Camarero Rioja, L.A. (2009): La población rural de España de los desequilibrios a la sostenibilidad social. Barcelona, Fundación La Caixa.

European Commission (2014): CAP context indicators 2014-2020. DG Agriculture and Rural Development, Brussels.

European Network for Rural Development (2013): *Falimy Farming*,

EU Rural Review, nº17, 1-32.

IGE (2014): Indicador de Renda dos fogares. Base 2005.

Disponível a nível municipal em:

<http://www.ige.eu/igebdt/esq.jsp?paxina=000&c=&idioma=gl&ruta=navmunicipal.jsp%3FESP%3D>

IGE (2014): Panorama Rural-Urbano. Disponível em: [http://www.ige.eu/web/mostrar\\_seccion.jsp?idioma=gl&codigo=0701](http://www.ige.eu/web/mostrar_seccion.jsp?idioma=gl&codigo=0701)

JOUEN, M. (2000). Rural Europe at the turn of the third millennium."Diversity" is the key word. *Leader Magazine*, (25), 4-9.

LÓPEZ IGLESIAS, E. (2000): O sector agrario galego ás portas do século XXI: balance das súas transformacións recentes. *Revista Galega de Economía*, 9(1):167-196

LÓPEZ IGLESIAS, E. (2003): Las estructuras agrarias en España. Análisis de sus transformaciones en la década de los noventa. *Papeles de economía española*. 96, 20-37.

LÓPEZ IGLESIAS, E. y Pérez-Fra, M. (2004): Axuste agrario e despoboación rural: as tendencias recentes en Galicia, Grial. *Revista Galega de Cultura*, 162, pp. 36-43.

MILLINGTON, J.D. (2007): *Modelling Land-Use/Cover Change and Wildfire Regimes in a Mediterranean Landscape*. (Tesis doctoral). London: King's College.

ROMERO R. Y PERRY, G.L. (2004):

The Role of Land Abandonment in Landscape Dynamics in the SPA Encinares del río Alberche y Cofío, Central Spain, 1984-1999. *Landscape and Urban Planning*. 66, 217-232.

SINEIRO, F. (2006): A evolución socioeconómica dos sectores rurais galegos. *Recursos Rurais*. 4, 47-55.

VALDÊS PAÇOS, B. y Pérez-Fra, M. M. (2015): Mudarmos as políticas para quebrar a dependência agroalimentar exterior da Galiza. Reflexión arredor da Galiza. VVAA, A Coruña, Fundación Moncho Reboiras.

VAZQUEZ, I., Marey, M.F., Sineiro, F., Lorenzana, R., Garcia-Arias, A. y Pérez-Fra, M.M (2012): Caracterización productiva y relaciones con el territorio de las explotaciones de bovino en Galicia. *Revista Española de Estudios Agrosociales y Pesqueros*, Nº 233

## NOTAS

1. A Política Agrária Comum, integrada por atuações diretamente vinculadas com a atividade agrária e também pela política de desenvolvimento rural absorve 41% dos orçamentos da EU previstos para 2014-2020.

2. Nos anos 2004, 2007 e 2013 ampliou-se o espaço da UE em 13 países (República Checa, Chipre, Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Malta, Polónia, România, Bulgária e Croácia), todos eles Estados com um PIB/per capita inferior ao 75% da média europeia.